

Alfabetização midiática informacional aliada ao ativismo em busca de um fazer docente pautado na criticidade e na cultura da paz

Informational media literacy allied to activism in search of a teaching practice based on criticality and the culture of peace

La alfabetización mediática informacional aliada al activismo en busca de una práctica docente basada en la criticidad y la cultura de paz

Ângela Aparecida de Almeida¹

Resumo: Este ensaio teórico em forma de artigo propõe uma reflexão sobre o potencial da alfabetização midiática informacional aliada a práticas de ativismo, em busca da formação de cidadãos com senso crítico, autônomo e reflexivo no exercício da liberdade, paz e cidadania. Por meio de pesquisa bibliográfica sobre alfabetização midiática informacional, ativismo, cultura da paz e educação, propõe-se a compilação de parâmetros teóricos e metodológicos que possam auxiliar a composição de práticas pedagógicas que possibilitem a constituição de uma identidade cidadã, participativa e não violenta, que consigam ser explorados em projetos e pesquisas envolvendo alfabetização midiática informacional e ativismo, tanto na educação formal como informal.

Palavras-chave: Alfabetização Midiática Informacional. Ativismo. Educação.

Abstract: This theoretical essay in the form of an article proposes a reflection on the potential of informational media literacy combined with activism practices, in search of training young people with a critical, autonomous and reflective sense in the exercise of freedom, peace and citizenship. Through bibliographical research on informational media literacy, activism, culture of peace and education, it is proposed the compilation of theoretical and methodological parameters that can help the composition of pedagogical practices that allow the constitution of a citizen, participative and non-violent identity, that can be explored in projects and research involving informational media literacy and activism, both in formal and informal education.

Keywords: Activism. Education. Informational Media Literacy.

Resumen: Este ensayo teórico en forma de artículo propone una reflexión sobre las potencialidades de la alfabetización mediática informacional combinada con prácticas de activismo, en busca de la formación de ciudadanos con sentido crítico, autónomo y reflexivo en el ejercicio de la libertad, la paz y la ciudadanía. A través de una investigación bibliográfica sobre alfabetización mediática informacional, activismo, cultura de paz y educación, se propone la recopilación de parámetros teóricos y metodológicos que puedan ayudar a la composición de prácticas pedagógicas que permitan la constitución de una identidad ciudadana, participativa y no violenta, que pueden explorarse en proyectos e investigaciones que involucren alfabetización mediática informacional y activismo, tanto en la educación formal como informal.

Palabras clave: alfabetización mediática informacional. activismo. educación.

¹ Mestre em Educação pela UFTM (Uberaba-MG), especialista em Tecnologias Integradas à Educação pela FAZU (2008), em Supervisão, Gestão e Inspeção Escolar pela UNIUBE (2020), em Educação, gêneros e sexualidade pela FACUMINAS (2022) e em Cultura Afro-Brasileira na Educação também pela FACUMINAS (2022). E-mail: angielis@gmail.com



Introdução

Episódios de violência tem aumentado em diversos cantos no mundo e com o Brasil não tem sido diferente. De acordo com os dados do IPEA (2019) e com os dados do Portal da Transparência do Registro Civil (2022), o número de mortes por causas violentas cresceu 81% em 2022, em relação ao mês de janeiro do ano passado. Com o fim do isolamento causado pela pandemia de Covid-19, os índices de óbitos em razão de homicídios, acidentes de veículos e suicídio contribuíram para o registro do janeiro mais mortal desde o início da série histórica, em 2003. Os dados foram obtidos através dos Cartórios de Registro Civil.

Mas, antes de tudo, seria importante conceituar a palavra violência. De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra vem do latim ‘violentia’ e tem como significados: qualidade ou característica de violento, ato de crueldade, emprego de meios violentos, fúria repentina e coação que leva uma pessoa à sujeição de alguém. Hannah Arendt (1973) explica que a violência é constantemente instrumental, necessitando de acessórios. De tal modo, ela não é um fim, é simplesmente um meio. Tal asserção mostra impactos, tais como o fato de que a violência passa necessita de alguma orientação que justifique os fins que persegue.

Infelizmente, a falta de brandura e o acúmulo de justificativas para a violência nas relações atingem também as instituições de ensino. A Agência Senado (2022), pertencente ao Senado Federal brasileiro e responsável pela produção das notícias relacionadas aos trabalhos do Poder Legislativo, divulgou uma pesquisa feita pela Associação dos Professores do Estado de São Paulo que aponta uma escalada da violência nas unidades de ensino. Em 2019, mais da metade dos professores (54%) disseram já ter sofrido algum tipo de agressão. Entre os estudantes, em 2019, 81% relataram saber de episódios de violência na própria escola.

Dados de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) apontou que um em cada 10 estudantes sofre com o ‘cyberbullying’, que são ofensas praticadas pela internet. Interessante perceber que o principal alvo dos agressores são as meninas. Em 2019, 16,2% das alunas, entre 13 e 17 anos, tinham recebido mensagens ofensivas pelas redes sociais. A pesquisa também apontou que 21% dos alunos afirmaram já terem sido agredidos pelos pais. Entre as meninas, 20,1% sofreram violência sexual. Já entre estas, 29,1% apontaram o namorado ou namorada como agressor e 24,8% um amigo ou amiga. Estas informações são perturbadoras e carecem de análise cuidadosa, a fim de procurar soluções que sejam eficazes contra tais comportamentos.

Traçando um recorte para o contexto escolar, é importante salientar que esta instituição é considerada um local de formação intelectual, onde se adquire conhecimento, território que deveria ser constituído por confiança, tranquilidade, aprendizado e proteção. Todavia, atualmente, cenários de violência e desrespeito têm

ganhado cada vez mais destaque nas mais diversas plataformas de comunicação. Tais fatos podem ser observados nas considerações de Debarbieux (2001), onde ele afirma que o enfoque da mídia no assunto contribuiu para que os acontecimentos tivessem mais visibilidade. As agressões não são apenas físicas, casos de violência psicológica são comuns e menosprezados, pois constantemente são julgados como brincadeira entre os estudantes.

Além dos dados alarmantes sobre a violência entre os alunos ou entre alunos e professores nas escolas, nos últimos anos tem-se visto muitos ataques de pessoas de fora a estas instituições. Sabe-se que a facilitação da posse de armas para civis e comprometimento da saúde mental de crianças e adolescentes são algumas hipóteses apontadas por especialistas como justificativas para tais casos. Mas como trabalhar efetivamente a fim de que tais estatísticas parem de crescer? Este é um assunto delicado, que merece muitos estudos, reflexões e debates sérios. Não é questão de punir quem está ou não errado, mas sim de encontrar meios de cultivo da paz em todas as esferas da sociedade.

Não bastasse a violência nas instituições escolares se manifestar entre os estudantes por diversos tipos de agressões (físicas, simbólicas, psicológicas etc) nos tempos atuais ainda existem os ataques feitos em ambientes virtuais. No caso da violência simbólica, “para que ela possa se exercer duravelmente, é preciso que seja apoiada por toda a estrutura social, portanto pelas estruturas mentais e pelas disposições produzidas por esta estrutura social” (BOURDIEU, 1994, p. 191). Há também o chamado *cyberbullying*, que é uma violência praticada no ciberespaço, onde o indivíduo utiliza o meio de comunicação *online* para destratar e agredir o outro. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394/96), no seu artigo 12, entre os deveres do Estado diante do processo educacional está “IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito escolar” (Brasil, 1996). Apesar de institucionalizados por lei, estes são direitos violados ou não colocados em prática aos alunos, uma vez que o país continua com índices altíssimos referentes à violência. Uma pesquisa *online* feita pela Unicef demonstrou que,

No Brasil, 37% dos respondentes afirmaram já ter sido vítimas de *cyberbullying*. As redes sociais foram apontadas como o espaço online em que mais ocorrem casos de violência entre jovens no País, identificando o Facebook como a principal. Além disso, 36% dos adolescentes brasileiros informaram já ter faltado à escola após ter sofrido *bullying* online de colegas de classe, tornando o Brasil o país com a maior porcentagem nesse quesito na pesquisa (Unicef, 2019, s/p).

A própria Unicef propõe que se possibilitem algumas ações para que se diminuam os casos de *bullying online* e violência dentro e no fora das escolas, tais como: implementação de políticas para proteger crianças e jovens de *cyberbullying* e *bullying*,

criação de linhas de apoio para crianças e jovens, mudanças nos padrões e práticas éticas dos aplicativos de redes sociais no que diz respeito a coleta, informação e gerenciamento de dados, pesquisas sistemáticas sobre o comportamento online de crianças e jovens a fim de informar políticas e orientações. E, ao encontro destas proposições, este artigo intenciona incluir o letramento midiático para professores, responsáveis e alunos utilizando práticas de ativismo, como mecanismo de prevenção e responsabilidade às violências praticadas em ambientes virtuais.

Alfabetização midiática informacional

O letramento midiático, também chamado de alfabetização midiática informacional (AMI), é definido por Livingstone (2004) como a capacidade de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens através de uma variedade de contextos. A pesquisadora salienta que, como a mídia percorre cada vez mais as conexões na sociedade, existe um realce crescente na importância de garantir que as pessoas tenham a alfabetização midiática não apenas para interagir com a mídia, mas para se envolver com a sociedade através da mídia. David Buckingham (2019) também comenta a importância de provocar questionamentos críticos sobre a mídia, bem como a tecnologia, pensando em como estas habilidades representam o mundo e como elas criam significados.

A AMI intenciona educar e formar repertório para o uso cauteloso e crítico dos meios de comunicação, fornecendo habilidades e competências que permitam a atuação cidadã de forma consciente e responsável. Esta alfabetização acerca dos meios é necessária, a fim de que se compreenda e monitore como eles funcionam, como eles se comunicam e como representam a vida em sociedade. Esta educação, por assim dizer, é importante devido à grande quantidade de informações que chegam aos jovens diariamente, por meio de diversos dispositivos e plataformas. Muitos portais, aplicativos e redes sociais disseminam conteúdos falsos, abusivos, violentos ou ameaçadores que requerem um letramento quanto à interpretação sobre a autoria, contexto e intenção destes dados. As aptidões midiáticas, quando apreendidas, estimulam questionamentos críticos sobre o que é recebido, além do discernimento quanto a significados confiáveis ou passíveis de erros e intencionalidades.

A falta de letramento midiático pode ser observada em uma pesquisa com professores de pré-escola e provedores de creches, onde Ellen Seiter (2002) detectou um medo expressivo da mídia nas classes média e alta. Ela escreve: “a mídia é considerada mais poderosa pelos que trabalham e vivem em situações relativamente privilegiadas. Nos centros mais pobres, a mídia é vista como apenas um entre vários fatores, com um papel menos significativo que o da pobreza, da ausência dos pais e da violência” (p. 59 e 60). Há de se estudar, compreender, se alfabetizar midiaticamente, pois segundo

Ferguson (2004), quando a compreensão das repercussões da mídia é contextualizada em sua dinâmica sócio-histórica, as questões de ideologia e poder se tornam bastante úteis à educação midiática, para se explorar as inter-relações entre informação e poder.

As habilidades requeridas podem e devem ser trabalhadas com menos ênfase em habilidades técnicas, a fim de que os aprendizes não sejam simplesmente reprodutores de representações hegemônicas. Este ensino tem a capacidade de provocar problematizações com muita consciência, criticidade e criatividade. Alguns estudiosos de base feminista salientam que ter voz ativa é importante para pessoas que raramente têm permissão para falar por si próprias, mas sem análise crítica isso não é suficiente (Collins, 2004; Harding, 2004; Hartsock, 1997).

Em seu trabalho “Mídia Educação no ensino médio: uma experiência com alunos e professores”, as pesquisadoras Alexandra Bujokas de Siqueira, Roseane Andrelo e Lígia Beatriz Carvalho de Almeida mostram que a educação para a mídia é um campo de pesquisa e ação política que se fortificou com a popularização da internet, enfatizando a necessidade de se educar as pessoas para consumirem conscientemente as mídias. (SIQUEIRA; ANDRELO; ALMEIDA, 2012). De acordo com elas, o Reino Unido seria, talvez, um dos países mais proeminentes nesse campo. No Brasil diversas ações têm sido implementadas por variadas instituições ao longo dos últimos anos,

Entretanto, a realidade nas escolas é bem diferente daquela que desejam as políticas governamentais e que imaginam as propostas teóricas da investigação científica. Entre as questões mais frequentes na área de mídia-educação estão a urgente necessidade de popularização do acesso à internet, a formação do professor e a elaboração de metodologias apropriadas. A educação para a mídia (ou media literacy) integra o conjunto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e pode ser interpretada como o campo de estudo da metalinguagem midiática, habilidade fundamental para a aprendizagem do futuro. (SIQUEIRA; ANDRELO; ALMEIDA, 2012, p. 126).

São muitos itens a serem analisados, refletidos e implementados, porém sem esquecer que a alfabetização midiática não é e não pode ser neutra, em nenhum aspecto. Ela deve proporcionar uma compreensão da ideologia, mostrando como o poder e a informação estão normalmente relacionados. Essa abordagem abarca a noção de audiências ativas no processo de construção de significado, como uma luta cultural entre leituras dominantes (aquelas que tendem a reforçar as normas culturais e sociais estabelecidas e a manter o status quo), leituras de oposição (tendem a questionar as normas culturais e sociais estabelecidas e a desafiar o status quo) ou leituras negociadas (são aquelas que combinam elementos das leituras dominantes e de oposição) (Hall, 1980). Porém, esta luta em forma de ensino não precisa ser séria, restrita, tradicional e apática como muitas das aulas que são observadas nas instituições de ensino pelo país.

Se um dos pressupostos da alfabetização midiática é dar autonomia às pessoas

para que busquem, avaliem, usem e criem informações a fim de promover inclusão social, democracia e cidadania, a formação baseada na cultura da paz se encaixa com virtuosidade neste artigo, pois se as mídias observarem seus próprios princípios, mostrarão uma comunicação mais inclusiva, que coloque fim nos ciclos de violência e dê visibilidade a quem não a tem.

Artivismo

Multidisciplinar por natureza, a AMI propõe diálogo com várias áreas do conhecimento, a fim de promover a formação do usuário crítico das mídias e, entre essas áreas estão as artes. Tal conciliação foi pensada, pelo fato de que o artivismo é uma abordagem propícia que se compromete com uma manifestação crítica nas representações estéticas sobre os mais diversos temas da vida cotidiana. Tal termo é usado para se referir à arte de condição ativista, politizada, eventualmente subversiva, intervencionista, crítica, comprometida, interessada em participar de inferências diretas e debater de modo inteligente as relações de poder que a envolvem. Raposo (2015), ao definir esse viés das artes afirma que:

O Artivismo é um neologismo conceitual ainda de instável consensualidade, quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações tão clássicas como prolixas e polêmicas entre arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas. [...] O Artivismo consolida-se assim como a causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística - nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística. (RAPOSO, 2015, p.4)

No artivismo, as pessoas utilizam linguagens, tecnologias e mídias variadas, a fim de intervir na sociedade, por meio de ações artísticas. As redes sociais, fenômeno do mundo contemporâneo, são um grande palco onde habita a chance de promover ações e movimentos artísticos com possibilidades infinitas de educação midiática. Um exemplo prático seria um debate sobre os dados da violência no país, seguido por pedidos de propostas eficientes de paz em cada um dos itens discutidos e uma posterior criação de cartazes (manuais ou digitais) onde os aprendizes pudessem mostrar (e postar) suas contribuições.

As manifestações de junho de 2013 que aconteceram no Brasil são consideradas um marco da história recente do país. De acordo com a AUN - AGÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE NOTÍCIAS (2017), em São Paulo as diversas passeatas realizadas pelo Movimento Passe Livre e por outros coletivos deixaram as ruas da cidade como um grande local de lutas políticas. Tal contexto foi indispensável para a convergência entre a arte e o

ativismo. Assim, manifestações, intervenções e performances artísticas passaram a solicitar maior participação popular em decisões variadas, ocupando os espaços públicos da cidade e planejando ações.

Outra ação artista brasileira começou durante a pandemia de Covid-19, no ano de 2020. Diante do isolamento e da necessidade de expressão, o vj Spencer e seus amigos resolveram “organizar a janela” e criaram o movimento coletivo #projecemos (<https://www.instagram.com/projetemos>). Na ocasião, mensagens como lavar as mãos e ficar em casa em tempos de pandemia foram consideradas como um ato político de consciência, quase uma subversão para os vjs, que há seis anos utilizam a projeção em edificações como forma de manifestação política.

Uma iniciativa da Google (2021), chamada “Seja incrível na internet”, ensina aos jovens os conceitos básicos de segurança e cidadania digital para que eles possam explorar o mundo on-line com confiança. Além de ferramentas para alunos, existem também peças e conteúdos para professores que queiram incluir esta cidadania digital em suas aulas. Esta ação é um exemplo de alfabetização midiática aliada à arte, utilizando ainda jogos que estimulam o pensamento computacional.

Patricia Karina Vergara e Patrícia Lessa (2014) afirmam que as tecnologias como a Internet, proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo. Este tipo de ação positiva pode e deve ser implementada por educadores sempre que possível. E sabe-se que além de possível, é mais do que necessário. Tal necessidade é percebida pelo fato do aumento do número de pessoas conectadas à internet no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2021, o número de domicílios com acesso à internet no Brasil chegou a 90,0%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Em termos absolutos, são 65,6 milhões de domicílios conectados, 5,8 milhões a mais do que em 2019. Estes números preocupam pelo aumento da violência praticada em ambiente virtual.

Criticidade e paz

Em sua obra ‘O mal-estar na cultura’ (FREUD, 1930/1976), reflete sobre o fato de que os seres humanos possuem em si tanto características de bondade quanto de maldade, o que é comum a todos. Esse conceito é abordado juntamente com o narcisismo das pequenas diferenças, que se refere a um tipo de desprezo que uma pessoa pode sentir por outras que compartilham de sua mesma cultura ou comunidade, mas possuem diferenças que as separam. Mesmo que essas pessoas tenham muitas afinidades em comum, seus interesses divergentes podem levar a conflitos.

Ainda segundo as observações de Freud, os seres humanos conservam dois impulsos fundamentais: o sexual e o destrutivo. Devido a este fato, eles precisam renunciar a ambos os impulsos para se submeterem à civilização. No que diz respeito às

pulsões destrutivas, há diversas situações em que a tendência à agressão pode ser desencadeada pelo narcisismo das pequenas diferenças. Embora não se deva tomar essa ideia de forma literal, é importante refletir sobre o aumento da violência, sofrimento e intolerância entre os seres humanos ao longo dos séculos, a fim de procurar soluções viáveis em busca da paz.

A Declaração dos princípios sobre a tolerância aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1995, em seu primeiro artigo aborda o papel do Estado, da educação, da sociedade e dos meios de comunicação:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e de justiça. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz. (UNESCO, 1995, p.11)

Ao abordar os perigos desta falta de tolerância entre os seres humanos, a mesma declaração assegura, em seu quarto artigo, que a educação para a tolerância tem como objetivo combater as influências que levam ao medo e à exclusão do outro, além de ajudar os jovens a desenvolver habilidades como o julgamento autônomo, a reflexão crítica e o raciocínio ético. (UNESCO, 1995).

A escola tem o dever de agir em busca da educação em uma cultura da paz, assim como afirma Milani (2003):

No que se refere à escola, a abordagem da Cultura da Paz ressalta diversas necessidades e estratégias: uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar; implementação de capacitação continuada de professores; aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado de respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos, abandono de modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentado na cooperação e no trabalho conjunto, etc. (p. 39)

A definição do termo de Cultura de Paz, ainda segundo o mesmo autor, encontra-se em constante construção, carecendo de debates e discussões que possam ser aplicadas aos inúmeros contextos e realidades, uma vez que estas ações estão sempre sendo construídas e modificadas ao longo dos tempos. E é este o ponto que deve ser refletido na busca de formas de inserção de uma educação mais autônoma, crítica, criativa e racional na vida destes aprendizes.

O fazer docente como grande aliado

De acordo com a pesquisa TIC Educação realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2021), no que diz respeito à educação para a cidadania digital, 26% dos professores das esferas públicas (Municipal, Estadual e Federal) não realizaram nenhum tipo de atividade sobre o uso seguro, crítico e responsável da internet para seus alunos. Apesar disso, a pesquisa mostra que 60% dos professores das mesmas esferas se consideram em nível intermediário em relação ao conhecimento sobre o uso de tecnologias digitais em atividades de ensino e aprendizagem. Tais dados dão a impressão de que os docentes têm total capacidade para trazer temas diversos utilizando as tecnologias digitais variadas, e mesmo assim, não o fazem. Talvez falte algum estímulo, um método, um modo de agir diferente e alegre, que os motive neste aspecto. Como já dizia Freire (1997, p.67), na Pedagogia da autonomia, “ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Há quem julgue Paulo Freire como um educador com ideias destinadas à educação de jovens e adultos. Outros que analisem frases fora de contexto, julgando-as ultrapassadas. Porém, ele muito ensinou e ainda pode ensinar sobre a prática pedagógica. O docente precisa se dedicar, estar a par dos acontecimentos à sua volta, à sua comunidade, aos seus desafios, às novas tecnologias, pois “Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática”. (FREIRE, 1991, p. 58). Quanto mais o educador se envolve com a educação que pratica, mais o aluno percebe-o como um ser que promove a vida, o bem-viver, e educa para a paz e a sustentabilidade.

Importante lembrar que o processo de aprendizagem não é neutro e o educador deve pronunciar-se sobre a realidade a fim de ensinar a transformá-la, demonstrando assim o seu envolvimento na promoção de uma sociedade mais igualitária, crítica e não violenta. Neste aspecto, a alfabetização midiática informacional é mais do que necessária, podendo ser associada a práticas criativas de ativismo, a fim de promover um ensino mais bonito, mais leve e mais racional.

Esta expressão alfabetização/educação para as mídias, também chamada de mídiameducação surgiu em 1960 em âmbito internacional, particularmente na UNESCO, referindo-se a duas dimensões: à capacidade das mídias de massa como meio de Educação a distância e à preocupação de professores e intelectuais com as influências das mídias, os riscos de manipulação ideológica, política, de consumo e a necessidade de abordagens críticas (BÉVORT e BELLONI, 2009). As autoras ainda reafirmam a convicção de que a educação midiática deve fazer parte da formação para a cidadania e que é essencial para a constituição de uma sociedade plural, inclusiva e participativa.

Ainda sobre estudos e provocações acerca da alfabetização midiática no Brasil,

uma pesquisa feita na base de periódicos CAPES em novembro de 2022, mostrou apenas 09 artigos com investigações sobre o tema. Com o nome de mídiameducação, termo que teve seus estudos iniciados alguns anos antes, foram encontrados cerca de 80 artigos, que datam de 2001 a 2021. Tais dados mostram a necessidade urgente, por parte dos educadores, de aplicações, pesquisas, propostas e projetos sobre o tema aliado à educação, que é o objetivo desta reflexão. Como diz Moacir Gadotti, em seu livro ‘Boniteza de um sonho - ensinar e aprender com sentido’,

O novo professor é um profissional que aprende em rede (ciberespaço da formação), sem hierarquias, cooperativamente (saber organizar o seu próprio trabalho). É um aprendiz permanente, um organizador do trabalho do aluno; consciente, mas também sensível. Ele desperta o desejo de aprender para que o aluno seja autônomo e se torne sujeito da sua própria formação. (GADOTTI, 2011, p. 68)

Se o professor aprende em rede, ele pode também obter auxílios de ferramentas em rede, principalmente através de *smartphones*, *tablets*, *notebooks* e computadores. Sabe-se que, sobretudo após o isolamento causado pela pandemia de Covid-19, os jovens não conseguem fazer praticamente nada sem que estejam com seus equipamentos eletrônicos em mãos o tempo todo. Ao invés de fazer disto um problema, o docente pode transformar o fato em uma possibilidade.

Uma grande preocupação de pais, responsáveis e educadores têm sido os riscos aos quais os estudantes estão expostos em ambiente virtual. Meios de comunicação variados têm divulgado variados casos de grupos fechados que incitam violência, bullying ou suicídio, por exemplo. E tal fato tem despertado forte angústia, gerando uma série de questionamentos sobre os usos das tecnologias. A utilização cada vez maior dos aparelhos móveis dificulta a mediação ou o acompanhamento das diferentes formas de uso que jovens fazem do ciberespaço. Além disso, observa-se o fato alarmante da dificuldade que os alunos têm em socializar pessoalmente, de tal modo que grande parte da socialização é feita por meio de aplicativos e aparatos digitais. Até mesmo dentro da escola não é raro encontrar alunos que se relacionam mais com seu smartphone do que com os colegas (DESMURGET, 2021).

Tais problemas têm chance de serem amenizados com a ajuda da instituição escolar, uma vez que a mesma tem o dever de ensinar o aluno a desenvolver suas percepções de mundo com razão e criticidade, aprendendo seus direitos e deveres com a sociedade, promovendo a sociabilidade, a interculturalidade, a fim de formar cidadãos capazes de transformar a sociedade, tornando-a mais justa.

A todo momento, tanto jovens quanto adultos procuram termos e frases desconhecidos em mecanismos de busca. Os resultados destas buscas podem ser variados e, algumas vezes, arriscados. Para David Buckingham (2019), a alfabetização midiática é vista como uma maneira de prevenir tais riscos. Quando a preocupação com a

violência e outros problemas sociais aumenta, a alfabetização midiática é vista como uma maneira de lidar com isso. O professor pode alfabetizar midiaticamente, por exemplo, incentivando debates sobre o cyberbullying e como agir com bom comportamento nas redes sociais, de forma a encorajar os jovens a analisar e refletir sobre suas práticas diárias de forma mais ampla, a fim de desenvolver um olhar crítico sobre a forma como as mídias operam.

Além disto, Buckingham (2019), afirma que entre a verdade e a mentira existe uma grande área de debate. Melhor do que identificar o que é verdade e o que não é, seria identificar as formas de condução das narrativas segundo os princípios de interesses e os lugares de fala, que fazem parte de todas as fontes de informações. Os jovens têm que entender a quem interessa determinadas verdades e determinadas mentiras (por exemplo, os amplos casos de *fake news*). Ao aprender a analisar criticamente as informações, ele será capaz de intervir de forma criativa em busca de resoluções de conflitos utilizando-se de práticas artivistas (Arte + ativismo), por exemplo, em busca de uma cultura da paz. De acordo com Van Gogh, esta Arte:

é o homem acrescentado à natureza, é o homem acrescentado à realidade, à verdade, mas com um significado, com uma concepção, com um caráter, que o artista ressalta, e aos quais dá expressão, resgata, distingue, liberta e ilumina. (VAN GOGH, 2008, p.38)

Esta seria então a expressão artística-artivista realista, iluminada, racional, libertadora a qual este pequeno texto está procurando mostrar aos docentes interessados. André Mesquita afirma:

Considere que arte ativista é um compromisso de engajamento direto com as forças de uma produção não mediada pelos mecanismos oficiais de representação. Esta não mediação também compreende a construção de circuitos coletivos de troca e compartilhamento, abertos à participação social e que, inevitavelmente, entram em confronto com os diferentes vetores das forças repressivas do capitalismo global e de seu sistema de relações entre governos e corporações, a reorganização social das grandes cidades, o monopólio da mídia e do entretenimento por grupos poderosos, redes de influência, complexo industrial militar, ordens religiosas, instituições culturais, educacionais etc. (MESQUITA, 2012, p. 17).

Analisando pelo lado do monopólio das mídias e do entretenimento, que é feito por grupos que detém o poder, a alfabetização midiática e informacional tem a possibilidade de permitir aos indivíduos que acessem e produzam conteúdo nas mídias, além de torná-los competentes para avaliar a qualidade da informação obtida por qualquer meio de comunicação, para que, dessa maneira possam se manter como aprendizes permanentes na sociedade informacional.

A qualidade da informação depende muito do tipo de veículo e da intencionalidade do mesmo em relação àquele dado. As redes sociais, por exemplo,

"ajudam a disseminar a informação para além daquele grupo cativo de leitores de determinado jornal" (TEIXEIRA, 2013, p. 41). Isto se faz independente da informação ser verdadeira, relevante ou algo neste sentido. E com este fato, tais redes têm sido usadas como cenário capaz de autorizar jovens a expressar o seu ódio frente aos mais variados conteúdos online.

Esta aparente autorização para disseminação de violências variadas em ambiente virtual necessita ser contida. O virtual "em seu uso cotidiano, é definido com algo que existe, mas não materialmente" (MOCELLIM, 2009, p. 91). O mesmo autor ainda afirma que a existência desse ciberespaço mostrou a possibilidade de relações sociais independente da presença material. É importante que haja uma alfabetização midiática capaz de mostrar aos cidadãos que a internet não é terra sem lei.

Considerações finais

Educar em si é um ato político. Fazer Arte também. Criar e consumir conteúdo midiático relevante, racional e crítico, também. Todos afetam o mundo, como ato de resistência intelectual e cultural.

Assim sendo, neste artigo foram abordados alguns aspectos importantes da alfabetização midiática informacional e do ativismo. Os assuntos se interligam em busca de uma prática educativa que dialogue com a realidade dos docentes, responsáveis e alunos em seus ambientes naturais. Não basta ser obrigatório, por exemplo, que se façam treinamentos sobre os perigos e riscos dos meios tecnológicos e virtuais. É necessário que este ensino faça sentido, promova aprendizado real e incentive o pensamento crítico.

A alfabetização midiática informacional não pode se focar na aprendizagem do uso de dispositivos para acessar ou criar mensagens de mídia, ela necessita de uma consciência maior em relação ao papel dos meios e das relações de poder que o dominam. Seu trabalho deve ser totalmente interligado, pois suas competências isoladas podem obscurecer o protagonismo dos jovens, colocando em risco o bem-estar das sociedades, os processos democráticos, bem como a cultura da paz. Alfabetizar o consumo de mídia tem a ver com entender por que as pessoas consomem determinados conteúdos e quais as implicações dessa mediação para a sociedade em geral.

A alfabetização para os meios utilizando práticas de ativismo podem possibilitar educação mais dinâmica, bonita, racional, crítica, auto consciente e engajada. É fato que são necessárias muitas mudanças dentro e fora das práticas educacionais para tornar a experiência de aprendizagem em sala de aula significativa e empoderadora. Porém, como dizia Paulo Freire, é preciso esperar, erguer, seguir, construir e jamais desistir! É preciso proceder com os sonhos e trabalhar coletivamente para realizá-los de variadas maneiras.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. **Violência nas escolas: especialistas reforçam importância do acolhimento de estudantes.** Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/08/violencia-nas-escolas-especialistas-reforcaram-importancia-de-acolhimento-de-estudantes#:~:text=Pesquisa%20feita%20pela%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos,de%20viol%C3%Aancia%20na%20pr%C3%B3pria%20escola.>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- ARENDR, Hannah. **Crises da República.** São Paulo: Perspectiva, 1973.
- AUN - Agência Universitária de Notícias. **Artivismo propõe uma nova maneira de se relacionar com a cidade.** Disponível em:
<<https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2017/12/21/artivismo-propoe-uma-nova-maneira-de-se-relacionar-com-a-cidade/>>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BÉVORT, Evelyne.; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. In: **Educação Social.** vol. 30. n. 109. set-dez. Campinas, 2009. p. 1081-1102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf> >. Acesso em:10 nov. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques.** Paris: Seuil, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília,** 20 dez. 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 de out. 2022.
- BUCKINGHAM, David. **The media education manifesto.** Cambridge, UK; Medford, USA: Polity Press, 2019.
- CETIC.BR - Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Educação.** 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/indicadores/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider with: the sociological significance of black feminist thought. In: HARDING, S. (Ed.). **Feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies.** New York: Routledge, 2004. p. 103-126.
- DEBARBIEUX, Eric. **A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997).** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, nº 1, p. 163-193, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100011. Acesso em: 20 out. 2020.
- DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças.** Belo Horizonte, 2021. Vestígio.
- FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREUD, S. **El malestar en la cultura** (1930). Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1976. (Obras completas, 21)

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Mais de um terço dos jovens em 30 países relata ser vítima de bullying online**. Brasília: Unicef Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>. Acesso em: 01 out. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GOOGLE. **Seja incrível na Internet**. 2021. Disponível em: https://beinternetawesome.withgoogle.com/pt-br_br/. Acesso em: 12 dez. 2022.

HALL, S. Encoding/decoding. In: HALL, S. et al. (Ed.). **Culture, media, language**. London: Hutchinson, 1980. p. 128-138.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? In: ARDING, S. (Ed.). **Feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies**. New York: Routledge, 2004. p. 127-140.

HARTSOCK, Nancy. **The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism**. In: KEMP, S.; SQUIRES, J. (Ed.). **Feminisms**. New York: Oxford University, 1997. p. 152-160.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência v.2.7 - Bem Vindo**. Ipea.gov.br. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LIVINGSTONE, Sonia. **Active Participation or just more information? Young people’s take up of opportunities to act and interact on the internet**. *Information, Communication & Society*, v. 8, n. 3, p. 287-314, 2004.

MESQUITA, André. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2011.

MICHAELIS, Dicionário. **Michaelis On-Line**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/viol%C3%Aancia/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MOCELLIM, Alan. **Lugares, não-lugares, lugares virtuais**. Em *Tese*, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 77-101, jan./jul. 2009.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Registro Civil**. [registrocivil.org.br](https://transparencia.registrocivil.org.br). Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/inicio>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RAPOSO, Paulo. **Artivismo: articulando dissidências, criando insurgências**. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v.4, n.2, p.3-12, 2015.

SEITER, Ellen. **Television and new media audiences**. New York: Oxford University, 2002.

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas; ANDRELO, Roseane; ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho. **Mídia-educação no ensino médio: uma experiência com alunos e professores**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara -SP, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5397/4321>. Acesso em: 12 nov.

TEIXEIRA, Patrícia Brito. **Caiu na rede. E agora? Gestão e gerenciamento de crises nas redes sociais**. Digitaliza Conteúdo, 2013.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Declaração dos princípios sobre a tolerância**. Brasília-DF, 1995. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%ADpios%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VERGARA, Patrícia Karina; LESSA, Patrícia. **Arte e feminismos na América Latina**. IV JORESP - JORNADA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL DO PARANÁ E II CISEX - COLÓQUIO INTERNACIONAL DE SEXUALIDADES DA UENP: Olhares plurais para as questões de gênero e sexualidade. Jacarezinho, Universidade Estadual do Norte do Paraná, 29/10 a 01/11, 2014.

VAN GOGH, Vincent. **Cartas a Théó**. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

Recebido: 14.12.2022
Aprovado: 10.04.2023
Publicado: 26.06.2023